

Promovendo a segurança, o acesso à justiça, e a governança democrática na agenda de desenvolvimento pós 2015

Uma declaração regional

A América Latina e o Caribe estão em um encruzilhada. Apesar do progresso político, social e econômico experimentado pela maioria dos países da região, muitos ainda são confrontados com taxas epidêmicas de violência. A região, que conta com 8 por cento da população mundial, é responsável por 36 por cento dos homicídios que ocorrem no mundo. Além disso, ao menos 14 países da América Latina e Caribe apresentam as mais altas taxas de femicídio do planeta. Mais de 40 entre as 50 cidades mais violentas do mundo se encontram aqui. Nossa região é também uma das únicas em que a violência letal e a vitimização estão crescendo. Ainda que os Estados não sejam afetados de maneira homogênea, a insegurança, a impunidade e a corrupção são preocupações comuns a todos os governos e sociedade civil.

Apesar disso, há oportunidades reais para melhorar a segurança, o acesso à justiça e a governança na América Latina e no Caribe. Muitos líderes da região já investiram em políticas e ações que contribuíram para diminuir a insegurança real e a percebida. Estas iniciativas incluem medidas focadas em hot spots e estratégias que privilegiam grupos vulneráveis, intervenções baseadas na promoção da educação e do trabalho, e políticas sociais participativas que atuam diretamente nas causas e na origem do crime e da violência. As inovações em segurança colocadas em prática na América Latina e no Caribe oferecem modelos que podem trazer resultados positivos em outros países e cidades da região e de outras partes do mundo, onde desafios similares são confrontados.

Os bem-sucedidos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) foram uma ferramenta valiosa para provocar os governos a agir e para promover padrões mínimos de desenvolvimento. No entanto, não conseguiram incluir questões importantes sobre a paz, a segurança, a justiça e a governança, centrais para o respeito aos direitos humanos básicos, inclusive o direito a viver em um ambiente seguro. Pesquisas internacionais e nacionais mostram que o desenvolvimento da América Latina e do Caribe foi afetado, senão revertido pela insegurança e pela injustiça. Investimentos baseados em evidência focados na prevenção da violência e na melhora do acesso à justiça estão empiricamente associados a dividendos de desenvolvimento positivos, especialmente nos setores mais pobres e vulneráveis da sociedade.

Enquanto os Estados membros das Nações Unidas decidem sobre o conteúdo da próxima geração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para os próximos 15 anos, a América Latina e o Caribe têm a oportunidade única de destacar a importância da paz, da segurança, da justiça e da governança. Os custos da inação serão sérios. A insegurança pessoal e do lar é estatisticamente correlacionada à redução dos padrões de vida e impacta diretamente no desenvolvimento sustentável. Para promover sociedades verdadeiramente inclusivas, justas e seguras, as causas e os sintomas da violência, a impunidade e a corrupção devem ser tratados. O progresso da sociedade não se mede somente pelos avanços econômicos e pelo crescimento, senão também pela qualidade de vida, incluindo o acesso à justiça e o direito de viver livre do medo.

A América Latina e o Caribe têm um interesse central no futuro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ainda que representem visões e interesses diversos, os países da região compartilham ao menos três prioridades comuns que devem estar refletidas na agenda pós2015. Em primeiro lugar, as crescentes taxas de violência e insegurança estão minando as trajetórias de crescimento econômico da região. Em segundo lugar, a confiança pública nas instituições estatais estão sendo erodidas pela sua incapacidade de abordar estes desafios. E, em terceiro, o acesso à justiça e à governança é mais uma aspiração que uma realidade. O crime organizado e interpessoal, inclusive a violência contra as mulheres e meninas, está continuamente minando as liberdades e os direitos fundamentais.

Governos e sociedade civil da América Latina e do Caribe estão comprometidos com uma ordem multilateral eficiente que garanta o desenvolvimento sustentável e inclusivo para todos. Para que sejam implementados de maneira bem-sucedida, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável devem convocar os países a uma cooperação global por uma agenda comum que garanta o acesso à justiça e à segurança para os 7.1 bilhões de mulheres, homens, jovens, meninos e meninas (e os 9.6 bilhões previstos para 2050). Além de assegurar que as populações mais pobres e vulneráveis tenham seus direitos mais básicos respeitados. A violência, a justiça e a impunidade não são os únicos problemas da região: são problemas que afetam tanto países ricos como aqueles de renda média e baixa.

As organizações da sociedade civil da América Latina e do Caribe apostam por Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que coloquem a paz, a segurança, o acesso à justiça e a governança no centro do desenvolvimento.

Cidade do México, 7 de novembro de 2014.

ABONG, Brasil

Alejandra Mohor, Instituto de Asuntos Públicos, Universidad de Chile, Chile

Arturo Matute, Centro de Investigación para la Prevención de la Violencia, Guatemala

Campaña Colombiana contra Minas, Colombia

Carlos Vilalta, Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), México

Claudio Beato, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP),
Brasil

Fundación Ideas para la Paz, Colombia

Ignácio Cano, Laboratório de Análise de Violência, UERJ, Brasil

Instituto de Estudios Estratégicos y Políticas Públicas, Nicaragua

Instituto Igarapé, Brasil

Instituto Sou da Paz, Brasil

Insyde, México

Jorge Soto, Data4 and Citivox, México

Jorge Lobo Carrillo, Open Society Foundations, México

José Luiz Ratton, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e
Políticas Públicas de Segurança da UFPE (NEPS-UFPE), Brasil

John de Boer, especialista independente, Canadá

Julia Monarrez, El Colegio de la Frontera Norte, México

Julita Lemgruber, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC-UCAM)

Luis Armando Castro, Programa de Desarrollo de Proveedores (PDP), El Salvador

Markus Gottsbatcher, especialista independente, Canadá

Melina Risso, especialista independente, Brasil

Paula Miraglia, especialista independente, Brasil

Pedro Abramovay, Open Society Foundations (OSF), Brasil

Pedro Cruz, especialista independente, El Salvador

Pedro Strozenberg, Instituto de Estudos da Religião (ISER), Brasil

Promundo, Brasil

Renato Sergio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e FGV Direito SP, Brasil

Tarik Weekes, especialista independente, Jamaica

